

Exclusão dos órgãos de comunicação social privados nas sessões de informação

MISA acusa Comando da Polícia de ataque à liberdade de imprensa e liberdade de expressão

Maputo **Canalmoz** – O “MISA-Moçambique” emitiu, ontem, quinta-feira, um comunicado dando conta de que a Polícia está a excluir os órgãos de informação do sector privado de participarem nas sessões de informação semanais no Comando-Geral da Polícia, em Maputo, abrindo as portas somente para a Rádio Moçambique e a Televisão de Moçambique. O MISA considera o acto de fechamento do espaço de informação da Polícia na República de Moçambique como sendo a emissão de um sinal vermelho quanto à liberdade de imprensa, liberdade de expressão e acesso à informação de interesse público.

“O Comando-Geral da Polícia da República de Moçambique decidiu, pela segunda vez, excluir os órgãos de informação do sector privado da cobertura semanal dos seus ‘briefings’ que resumem os principais acontecimentos semanais resultantes do trabalho da Polícia”, lê-se num comunicado do MISA enviado à nossa Redacção.

Segundo o MISA, esta sema-

na, o Comando-Geral da Polícia convocou para o efeito apenas os órgãos públicos, nomeadamente, a Televisão de Moçambique e a Rádio Moçambique.

“O MISA Moçambique não se lembra de, na história dos ‘briefings’ semanais da Polícia, ter havido uma decisão semelhante, vinda do topo da hierarquia da Polícia”, diz o MISA, que considera a decisão da Polícia como “um marco do fechamento do espaço de informação da Polícia na República de Moçambique.”

O MISA acrescenta que a Televisão de Moçambique e a Rádio Moçambique, além de “os seus conteúdos terem problemas de pluralismo de opinião que o MISA tem vindo a reportar, não representam a diversidade dos meios de comunicação social em Moçambique.”

O MISA considera que excluir os órgãos de informação do sector privado das sessões de informação viola o direito à informação e também pode ser sinal de “ódio policial às entidades privadas de

comunicação social que têm vindo a fazer o seu trabalho de contrapoder à actuação da PRM, o que deve constituir uma grande preocupação para os moçambicanos.”

“O MISA Moçambique apela ao Comando-Geral da Polícia para que corrija a sua decisão e possa permitir que todos os órgãos de informação possam ter acesso a ‘briefings’ semanais. É preciso notar que os ‘briefings’ semanais são fonte de informações relevante para todos os meios de comunicação sobre os resultados operacionais da Polícia ao longo da semana”, pode ler-se ainda no comunicado do MISA.

O MISA termina dizendo que a PRM não é uma “entidade privada de segurança pública que deve escolher com quem deve trabalhar no processo de prestação de contas sobre as suas operações; ela é uma entidade pública que deve providenciar as suas informações a todas as instituições de comunicação social, independentemente do seu regime de propriedade que, ao exercer o jornalismo, são, por inerência, um serviço público”. **(Redacção**